



“VOTAR DE GRAÇA PARA QUE, SE O CANDIDATO ELEITO NÃO FARÁ NADA PELO MUNICÍPIO?”: COMPRA DE VOTOS, TROCA DE FAVORES E CONCESSÃO DE CARGOS A ALIADOS, NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE ALAGOINHA DO PIAUÍ (2008)

Ana Geórgia Bezerra

Mestranda - PPGHB-UFPI

Email: anageorgia20n@gmail.com

Raimundo Nonato Lima dos Santos

Professor - UFPI

Email: raimundolima2011@ufpi.edu.br

Resumo: O trabalho analisa a dinâmica de compra de votos, troca de favores e concessão de cargos a aliados durante o processo eleitoral das eleições municipais de 2008 na cidade piauiense de Alagoinha do Piauí. Com o intuito de compreender como ocorrem essas barganhas e qual a participação da população nessas ações, além de averiguar como o eleitorado enxerga o voto e o que influencia na decisão de votar em determinado candidato. Fundamenta-se em fontes orais e na Ação Cautelar em que o candidato eleito Clodoaldo de Moura Rocha requer liminar para suspender o afastamento do cargo, após decisão de cassação. Foram entrevistados cinco pessoas, sendo que quatro eram eleitores nas eleições em estudo e um não eleitor. Decidimos entrevistar o não eleitor, para que ele pudesse contribuir com suas percepções enquanto pré-adolescente, na época, principalmente para trazer a visão, de alguém que ainda não votava, mas mesmo assim participava do processo eleitoral. O aporte teórico é baseado dos escritos de Serge Berstein (1998) para refletir acerca de cultura política, na qual entendemos que a repetição de determinadas práticas acabam sendo interiorizadas e se tornam suscetíveis a normatização. Hannah Arendt (2002 e 2016) para entendermos o conceito de política e os preconceitos que circundam o termo e para perceber que as trocas entre indivíduos são necessárias para a vivência em sociedade, tendo em vista que o sentido de política concerne no convívio entre diferentes com objetivos em comum. Ângela de Castro Gomes (2005) para compreender como se dão as trocas de favores, em que políticos mediante seus privilégios concedem favores a população, para obterem votos em troca. Tendo em vista que as principais fontes da pesquisa são orais, se faz necessário entendermos a importância da memória para pesquisa histórica, para tal analisamos o que é ressaltado por Verena Alberti (2008) acerca da memória. A pesquisa aponta que houve compra de votos, e a troca de favores é habitual no município. O eleitorado mesmo que muitas vezes não concorde com essas práticas acaba contribuindo para sua manutenção, por serem beneficiados com essa dinâmica, o que revela o quão são protagonistas na política.

Palavras-chave: Alagoinha do Piauí; Compra de votos; Culturas políticas; Troca de favores.

INTRODUÇÃO



No município de Alagoinha do Piauí, campo de estudo dessa pesquisa, estão presentes diversas práticas, que constroem as eleições municipais, implicando em seus resultados. Nesse trabalho buscamos tratar da dinâmica na troca de favores, compra de votos e concessão de cargos a aliados nas eleições de 2008. Com o intuito de compreender a participação do eleitorado na política municipal.

Salientamos que esse trabalho surge de um capítulo da monografia apresentada para obtenção de título de graduação, em 2021. Com isso as motivações para sua realização possuem relação com inquietações pessoais acerca do porque o eleitorado vota em determinados candidatos mesmo eles não trazendo benefícios coletivos para o município.

Nas eleições de 2008, estavam em disputa para o cargo maior do Executivo municipal, os seguintes candidatos e seus respectivos partidos, em 2008 os candidatos a Prefeito Pedro Otacílio de Sousa Moura (PSD), e a Vice-Prefeito José Adilson Nunes (PP), coligação PP/PSD. Pelo outro grupo, Clodoaldo de Moura Rocha (PT), de vice-prefeito Francisco João de Carvalho (PMDB), coligação PT/PMDB.

Para a construção do trabalho partimos da seguintes questões norteadoras: Como o eleitorado enxerga o voto? Qual a participação do eleitorado nas eleições municipais de 2008?

Para responder a problemática analisamos relatos orais de cinco colaboradores. De antemão, cabe registrar que os nomes dos entrevistados, apresentados ao longo deste trabalho são fictícios, eles optaram por não revelar seus verdadeiros nomes, tendo em vista as questões delicadas que foram abordadas nas entrevistas. São eles quatro homens e uma mulher, dessas cinco, apenas “José” não era eleitor, nas referidas eleições. Iremos identificá-los como, “Joaquim” (tinha 67 anos em 2019), “Raimundo” (55 anos em 2019), “Antônio” (42 anos em 2021), “Luiza” (46 anos em 2021), “José” (22 anos em 2021), todos moradores da Zona Rural.

Vale ressaltar, de antemão, que optamos por trabalhar com História oral porque nos dias de hoje ela é de suma importância “para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (ALBERTÍ, 2008, p. 164)

Certamente não é toda a população do município, que tem o mesmo ponto de vista dos entrevistados. Entretanto, pela forma como exprimem seus pareceres, verifica-se que são



ações um tanto quanto triviais. É um grande desafio, tentar compreender, porque as pessoas se comportam de determinadas maneiras perante relações entre o eleitorado e os partidos políticos, o que nos despertou interesse pelo tema.

Nesse sentido, Serge Bernstein indaga “que a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem adoptar (sic) este ou aquele comportamento político” (1998, p. 359). A explicação para a adoção, de culturas políticas, pautada em atitudes pouco nobres, mas que se sucede corriqueiramente, pode estar associada ao seguinte pressuposto:

A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas e função da visão do mundo que traduz. O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira a sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenómeno colectivo, partilhado por grupos numerosos (BERSTEIN, 1998, p. 359-360).

O trabalho foi dividido em dois tópicos. Primeiramente abordamos acerca da compra de votos. Em seguida falaremos sobre a dinâmica na troca de favores. Como o voto é utilizado como ferramenta, em troca de favores prestados. E, por fim, abordaremos acerca a concessão de cargo a aliados.

“Para que votos sejam comprados, alguém precisa vendê-los”: compra de votos na eleição de 2008.

A Ação Cautelar N° 52274-19.2009.6.18.0000, em que Clodoaldo de Moura Rocha, prefeito eleito nas eleições de 2008 em Alagoinha do Piauí, requer liminar, com pedido de suspensão da decisão da Juíza da 29ª Zona Eleitoral que acatou a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) requerida por Pedro Otacílio de Sousa Moura, candidato derrotado nas eleições em estudo, cassando os mandatos de Prefeito e Vice-prefeito, com afastamento imediato, sob acusação de compra de votos, assim como designado em atos.

Na mencionada decisão (fls. 13/40), a MMª. Juíza da 29ª Zona Eleitoral rejeitou as preliminares arguidas e, no mérito, entendeu haver prova inconteste e conclusiva de que o requerido, ora pessoalmente, ora por intermédio de cabo eleitoral, cooptou ilícitamente votos de eleitores em troca de dinheiro, como também em troca de abstenção, violando norma contida no art. 41-A da Lei das Eleições. Dessa forma, decretou a perda dos mandatos eletivos dos impugnados Clodoaldo de Moura Rocha e Francisco Joao de Carvalho, respectivamente, prefeito e vice-prefeito, determinando o afastamento imediato do requerente do cargo de Prefeito e a posse do Presidente da Câmara Municipal até a realização de novas eleições (BRASIL, 2010).



Perante o documento é possível constatar que houve compra de votos pelo menos em se tratando de um dos lados na disputa. Mas deveras aspiramos chegar em pontos de maior relevância para esta pesquisa. As relações estabelecidas no decorrer do processo. A partir desse ponto se faz necessário analisar o que dizem os entrevistados quando indagados acerca deste tema, para entendermos a participação do eleitorado nesse processo.

Pois bem, a compra de votos é um assunto polêmico para alguns eleitores e naturalizado por outros. É o que se pode concluir, tendo em vista as falas dos entrevistados para esse estudo. Quando perguntado para “Joaquim” se houve de fato compra de votos ele hesitou em responder. Parecia receoso quanto a represália e se limitou as seguintes palavras: “É, já vi falar. Nunca vi, porque... é, mas disse que tinha” (JOAQUIM, 2019). A explicação de tamanho incômodo em falar sobre esse assunto, pode possuir relação com o fato de acompanhar o candidato que foi cassado sob essa acusação. Então, nada mais natural que ele tente amenizar a situação.

O que é notório é a forma como as pessoas desenvolveram maneiras, ao longo da história republicana brasileira, para participarem da política, e o ato de negociar o voto é uma delas. Afinal é o que o eleitor tem de mais poderoso em relação aos políticos, sem o voto dos populares os candidatos são impossibilitados de assumirem os cargos que almejam no Executivo. Essa negociata vem ocorrendo no Piauí, como táticas para que o eleitorado se torne ativo na política, obtendo benefícios. Para a historiadora Marylu Alves de Oliveira

(...) táticas foram sendo criadas ao longo dos anos republicanos por parte dos populares, resultando na emergência de outras formas de participação na política piauiense, como, por exemplo, o ato de barganhar voto com um ou vários candidatos, demonstrando que a população também encontrava maneiras de lidar com o espaço que lhe foi reservado (OLIVEIRA, 2016, p. 20).

Ao ser indagado sobre a existência de compra de votos e as motivações da cassação, “Antônio” ressaltou: “Eu acho... que isso aí num tinha. Se tinha a compra, mas tinha dos dois lados. Isso aí é porque sempre quando tem a força maior vence a menor. Eles era... tava mais forte no momento e aí conseguiram vencer a batalha, mas...” (ANTÔNIO, 2021). Já “Joaquim” revelou a possibilidade de ocorrer compra de votos, de ambos os lados. Porém, afirma achar injusto a cassação do mandato. É nítido que para ele comprar votos, no período eleitoral, ao mesmo tempo que é problemático, também é legítimo. Visto que, enxerga a



oferta de dinheiro em troca do voto, como uma ajuda financeira aos pobres. Pelo menos quando se refere aos atos do candidato que apoia.

Eu acho que todo partido, todo candidato, todo ele tem sujeira pôr (sic) o meio, haja dinheiro pôr o meio. Aí eles tirarão o pobre de Clodoaldo. Eu sei que ele pode ter comprado algum voto, dado alguma ajuda algum pobre, né! Mas se eles também deram muito (JOAQUIM, 2019)!

Por que será que essa ajuda vem especificamente no período eleitoral? O que se revela é uma cultura política que implica em práticas naturalizadas por boa parte do eleitorado, tendo em vista que a campanha eleitoral é considerada, por alguns, como uma maneira de se beneficiar. Ao percorrer as falas dos entrevistados, percebemos esse ponto em comum. Por motivos alheios, transparecem em suas expressões e discursos, ser corriqueiro a compra de votos e, vários outros atos abordados nesse estudo, mesmo que não achem correto, continuam contribuindo para a manutenção dessas ações. Essas concepções, podem estar ligadas a interiorização de um modelo de política partidária, que veem sendo repetida, nesse local, ao longo de gerações. O que acaba gerando uma afinidade, da população, com o modo como se constrói os movimentos políticos, desse município. Podemos fazer uma correlação desses comportamentos com o que Serge Bernstein ressalta acerca da Cultura Política.

A ação é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influência diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção (sic) de comportamentos convenientes (BERSTEIN, 1998, p. 357).

É evidente que as ações públicas que deveriam ser realizadas pelos gestores, durante o período que estão à frente da prefeitura, beneficiando as pessoas com necessidade de assistência, são sumariamente substituídas por compra de votos no decorrer da campanha eleitoral e, essas ações acabam tendo uma entonação legítima, perante a população, por costume e conveniência. Por que lutar contra algo que poderá ofertar proventos subsequentes? É mais vantajoso compactuar com tais atos.

Diante desses apontamentos, adentramos as afirmativas do entrevistado “José”. Para ele a compra de votos é uma prática comum, não só em Alagoinha, como em todos os municípios brasileiros. Especificamente na cidade pesquisada ele afirma ocorrer uma grande



movimentação durante a campanha, envolvendo políticos e eleitores. Fatores esses, que provavelmente terá uma influência significativa nos resultados das eleições.

Com toda certeza. Qual o município que nunca houve compra de votos? Ée em Alagoinha mesmo, tipo as eleições movimentam muito. Um exemplo, eu não vou citar nomes, mas o exemplo do mais recente que eu tenho, que tem pessoas que se vendem duas vezes em uma única eleição. Por exemplo: um candidato A passa e diz: –Tu tem (sic) quantos votos? – Quatro –Você me vende por quanto? –Tanto. Entrega. Logo em seguida o partido B chega, ele diz: –Olha eles me compraram por tanto. Eles dobram o valor e compra a pessoa, novamente. E naquela época também não era diferente a compra de votos era predominante. Não somente em termo de dinheiro, mas também dar o material de uma casa. Até mesmo pessoas se vendiam até pra botar uns aterro (sic) nas casas deles, de piçarra. Água também (JOSÉ, 2021).

Com base no relato é notório a afirmativa de que não só havia compra de votos, como não era algo isolado. Se baseando nas declarações dos entrevistados configura algo que predominava e circulava livremente, tanto que aparentemente a população tinha conhecimento dos atos, mesmo antes da cassação.

Em relação aos eleitores que recebem montante de todas as lideranças que vos oferecem, “José” declara que ficam desacreditados, “aí normalmente o que acontece é que a pessoa fica desacreditada” (JOSÉ, 2021) e uma vez que a confiança é perdida e não se tem mais a certeza de em quem irão votar. Aparentemente isso poderá dificultar bastante a vida desses cidadãos, em tempos vindouros. Então, se faz necessário avaliar se vale apenas correr tamanho risco por algumas notas. Tais questionamentos foram colocados em pauta, não porque pretendemos normatizar essas práticas, mas porque segundo o entrevistado “José”

(...) normalmente o que acontece é que a pessoa fica desacreditada, por exemplo, tu se vendeu (sic) para dois, nenhum dos dois candidatos vai acreditar que você realmente votou nele. E quando você for em busca de alguma coisa, vai dizer: –Eu te comprei teu voto, tu não tem (sic) direito de me pedir nada, de propor nada (JOSÉ, 2021).

Vale ressaltar que é praticamente impossível, ter a certeza, do candidato que cada eleitor irá votar, a não ser que haja fraude e ele seja acompanhado por alguém até a urna, o que configuraria “voto de cabresto”. Nesse caso, automaticamente poderíamos proferir que, todos aqueles, que aceitam algo em troca do seu voto, seriam antiéticos e merecedores de uma punição. Ou seria precipitado tal afirmativa? Afinal, caso o político tenha algo que seja benéfico para lhe oferecer, de imediato, o que motivaria sua recusa? Que tal o fato desse



benefício ser ilícito e você passar a ser um contribuinte da corrupção, que assola o Brasil. Mas quem comete o crime não é quem compra os votos?

Essa é uma pergunta, cuja resposta, pode explicar a maneira como a entrevistada “Luiza” se comportou, diante do questionamento acerca de compra de votos. Quando indagada sobre recordar sobre essas ações, ela retrucou, “não. Nam, essas coisas aí, num, num lembra não” (LUIZA, 2021). Isso porque, na verdade, segundo o Art. 299. do Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. "Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita” cabe pena de “reclusão de quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa”. (BRASIL, 1965)

Poderíamos simplesmente considerar, que a entrevistada realmente não recordava, mas aí não estaríamos fazendo uma investigação no campo da história. O não revelar, pode nos dizer muitas coisas. Explicitamente a pergunta gerou um desconforto, revelado pelo silêncio e em seguida por meio de risadas desconfiadas. A cabeça direcionada para baixo e por alguns instantes os olhares de lado, em busca de apoio, podem confirmar que em algum momento ela soube dessas práticas, mesmo que de forma indireta.

Mesmo não pretendendo se comprometer, “Luiza” expôs, em resposta a outra indagação relacionada as mudanças na vida econômica da população, que certas pessoas vendem o voto. Primeiramente ela afirma que as melhorias na condição financeira das pessoas durante esse período, não tem haver especificamente com as eleições, mas sim por se tratar da temporada de safra, do produto agrícola caju. Logo na sequência, admite, que alguns só votam por dinheiro. Mas não pode dizer com certeza, por não ser o seu caso. Assim foram suas palavras:

Não, era não. Sobre isso aí de eleição eu não sei por causa que eu nunca... Faz que nem um dizer do pessoal, uns diz – eu só voto por dinheiro. Eu nunca votei por dinheiro, graças a Deus. Eu votava porquê, eu voto porque nós gosta (sic). E mermo um dia quando a gente precisar, no caso de uma doença a gente ter com quem falar, porque hoje em dia a gente precisa de muitas pessoas, assim de uma autoridade, né. Para falar, porque as vez (sic) a pessoa tem o dinheiro e não consegue. Só por uma amizade, por uma palavra as vez (sic) consegue (LUIZA, 2021).

Receber determinada quantia em troca do seu voto e correr o risco de ser completamente prejudicado, durante o mandato dos candidatos eleitos, mesmo que seja aquele para o qual cedeu seu voto. Já que, segundo o entrevistado “José”, “se alguém vender



voto, tá lascado. Porque eles não vão fazer nada por ti. E você também não vai poder cobrar” (JOSÉ, 2021). Contudo, nota-se que se isso de fato ocorre, não somente o voto é vendido, mas também os direitos básicos de cidadão, daquele município.

É incontestável que todo cidadão brasileiro, mesmo os moradores de Alagoinha do Piauí, deveriam ter seus direitos de acesso aos serviços básicos, assegurados. Porém, é notório a existência de preceitos que ultrapassam essas regras comuns. Essa é parte de uma cultura política, desse local, que é interiorizada individualmente e segue sendo partilhada coletivamente, mesmo entre grupos opostos, em disputa nas eleições municipais. Os gestores eleitos deveriam governar para todos os habitantes do município, mas assim como explicitado por “José”, “em Alagoinha é muito partidário, você foi de um partido e seu partido ganhou você vai ter atendimento vip. Você foi de outro partido, você vai ser desprezado e sabe lá Deus, quando é que você vai ser atendido” (JOSÉ, 2021). Nesse caso ele se refere ao sistema de saúde.

Como citado no fragmento acima, em que a entrevistada “Luiza”, apresenta, a importância de ser aliado a pessoas influentes para ter acesso a determinadas comodidades, e tendo em vista, que esses aliados são adquiridos através do poder, que compreende o voto. E levando em consideração o que exemplifica “José”, sobre como as pessoas são tratadas. Se referindo ao sistema de saúde, mas que também pode se aplicar a outros campos. Analisaremos no tópico seguinte, a dinâmica na troca de favores.

“Voto no candidato que chegar, quando eu precisar”: compra de votos e concessão de cargos a aliados.

Os programas relacionados a saúde, têm grande destaque no município de Alagoinha do Piauí. A eleição municipal de 2008 foi disputada entre dois médicos e nas fontes orais analisadas, nos deparamos como sendo uma das principais motivações de voto, as vantagens que teriam na área da saúde, caso o seu candidato vença. O que não deixa de ser um pouco contraditório. Por que optar por um candidato específico, se baseando nos benefícios que sua profissão traria, se ambos compartilham do mesmo atributo? Nesse caso, o que poderá definir tal escolha é o requisito de ser mais conhecido. “Mas aí ia pelo mais conhecido” (JOSÉ, 2021), aquele na qual se tem mais proximidade e afinidade.

Tendo em vista, que a área da saúde é um elemento deveras importante, para tecer o ciclo de relações desenvolvidas entre políticos e eleitores, adentraremos em mais uma prática



comum no ambiente, tanto político, como político partidário, do município de Alagoinha do Piauí, a troca de favores. Talvez esse seja o fator elementar, que gera o interesse participativo da população, de forma direta, no processo eleitoral municipal. Afinal, surge desde a expansão imperialista um preconceito contra a política, devido seus pontos negativos. Quem nunca ouviu as frases “não gosto de política”, “não me meto com política”. As pessoas reproduzem esses discursos, sem ao menos perceberem, que isso diz muito sobre como não conseguimos nos mover politicamente. O preconceito com a política, representa em si, um ato político. Como expressado por Hannah Arendt, é algo que faz parte da vida humana. Mesmo que tentemos fugir, somos apanhados pelo sopro do vento.

Ao se falar de política, em nosso tempo, é preciso começar pelos preconceitos que todos nós temos contra a política — quando não somos políticos profissionais. Pois os preconceitos que compartilhamos uns com os outros, naturais para nós, que podemos lançar-nos mutuamente em conversa sem termos primeiro de explicá-los em detalhes, representam em si algo político no sentido mais amplo da palavra — ou seja, algo a se constituir num componente integral da questão humana, em cuja órbita nos movemos a cada dia (ARENDR, 2002, p. 10).

Principalmente nas cidades interioranas, se faz sempre necessário se aliar a pessoas que possuem poder de influência, para quando precisar de algo de difícil acesso, devido a sua situação social, ter quem te auxilie, de modo a facilitar a realização de tratamentos de saúde.

Erra quem pensa que os benefícios, nesse âmbito, se estendem a toda a população do município. Pelo que consta nas fontes analisadas, apenas aqueles que votaram no grupo vencedor, poderia desfrutar de “regalias”. Se o lado que determinado eleitor votou, sair derrotado, segundo a entrevistada “Luiza”, citando o seu próprio exemplo, dificilmente conseguiria alguma assistência.

Não. De jeito nenhum. (de forma incisiva). A saúde era pra ser pra todo mundo. Não... (gaguejou) tem deles que não é não. (de forma desconfiada como se tivesse com medo de falar). Na época de Doutor Pedro mermo, não era não (uma pausa). De doutor Pedro pra nós não era não. Não sei pros outros. Porque pra nós tudo no mundo que nós íamos fazer, era particular. Assim, só se fosse lá dentro de Alagoinha, mermo. Consultava as vezes com os doutor (sic), mas pra ir pra Picos tudo no mundo de nós era particular. Que nós... eles não davam. Pra ir marcar um exame em Alagoinhas, na secretaria eles num... nunca marcou. Eu faço... um tempo eu fui deixar uma requisição minha lá, eles nunca marcaram meu exame (LUIZA, 2021).

Em detrimento da falta de estrutura, por ser um município de pequeno porte, a maioria dos atendimentos médicos são realizados na cidade de Picos PI, por isso é citado a



falta de atendimento gratuito, nessa localidade, tendo que recorrer ao sistema privado. A troca de favores é um elemento significativo para o desfecho das eleições. A circunstancia descrita acima, traz à tona, pontos de vista antagônicos. No momento que ocorre a mudança do grupo político no poder, as experiências se invertem.

Em 2008 quando Clodoaldo venceu, ela pode usufruir das benesses, disponibilizadas para os aliados do grupo político do então prefeito, naquele momento. Como ela mesmo afirmou, após Clodoaldo ganhar, “quando nós precisávamos de uma consulta, dum exame, aí nós fazíamos de graça lá em Picos” (LUIZA, 2021). Mas enquanto sua família estava sendo favorecida, aqueles que votaram no lado oposto, possivelmente estavam experienciando o descaso que ela sofreu posteriormente, e que foi relatada na entrevista. O não eleitor “José” cita que durante os três anos que sucedera a eleição de 2008 e antecedeu a suplementar, a prefeitura não procedeu reparo nos trechos de estradas de chão que dão acesso a sua casa, comprometendo o deslocamento dos moradores daquela área.

Já isso de estrada eles fazem um pouco de política. Quando não é na linha, vamos dizer assim a estrada que não é a principal. Como é que chama? Aqueles ganchinhos que eles puxa (sic) pra um lugar, tipo entrando lá pra minha casa. (...) tanto é que na época que ele ganhou lá onde eu moro, tu sabes. Passou os três anos sem ter sido feito nenhuma vez, por conta que todos ali era do outro lado (JOSÉ, 2021).

Nas localidades rurais, local em que os entrevistados residem, para ter acesso a suas residências são necessários a abertura de estradas de chão, no período chuvoso essas estradas são danificadas pela ação da água, são abertas muitas crateras e a areia é empurrada até as estradas, gerando um amontoado tornando a passagem de transportes terrestres, muito difícil, sendo necessário a manutenção, através de maquinários da prefeitura. Manutenção essa que não ocorre se a estrada der acesso a casas de eleitores que não votaram no candidato eleito.

Nesse contexto é observado um interesse particular, nas disputas eleitorais. Fica nítido a não atribuição de importância as necessidades coletivas. A troca de favores, assim como a compra de votos é uma disposição comum para os habitantes da cidade. Mesmo tendo consciência que os serviços de saúde deveriam ser para todos, “Luiza” intervém especificamente a favor dos seus, sem que haja uma preocupação maior com o geral. E mesmo estando em 2021, com uma gestão municipal que lhe favorece, ainda tem receio de falar sobre mandatos anteriores, como se buscar por seus direitos, não constituísse um



procedimento viável. Mais uma vez, as regras invisíveis que pairam sobre a população de Alagoínia do Piauí são normatizadas.

Com isso, fica perceptível o quanto as trocas de favores configuram um lugar de imponência nas relações estabelecidas nesse âmbito. Quando questionados sobre o que levou os entrevistados a acompanhar determinado grupo, após as respostas relacionadas a tradição familiar, veio a disposição em ter seu trajeto facilitado e, para isso, é necessário eleger o político que apoia. Ao analisarmos relações políticas, percebemos que mesmo diante de interesses individualistas é necessário que haja trocas, com o outro, para o alcance das vantagens pretendidas. Hannah Arendt (2002) descreve acerca do sentido da política nos seguintes termos:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo (ARENDR, 2002, p. 17).

Se a política concerne do convívio entre diferentes como designado por Arendt, fica evidente, que mesmo discordando de alguns aspectos, referentes a forma de governar dos gestores, os entrevistados veem a necessidade de se aliar a eles, pensando nos proveitos que essas alianças propiciariam. Incluso nessas prerrogativas, está a dinâmica em trocar favores. Quando perguntado se era beneficiado de alguma forma, para acompanhar determinado grupo político, “Raimundo” respondeu:

Não! As vezes tem! Benefício, as vezes a pessoa arruma uma cisterna, pessoa arruma uma carrada d’água, pessoa é ajudado com qualquer outra coisa, né! faz uma estrada, pra casa da pessoa. Assim é os benefícios de Alagoínhas, é uma viagem dum carro, são os benefícios que a política traz de Alagoínia, que faz a pessoa votar, no partido (RAIMUNDO, 2021).

Diante das informações no trecho acima, verifica-se mais uma vez, o interesse individual do eleitor, no momento de escolher em qual candidato votar. Apesar de ele afirmar anteriormente na entrevista, que seu voto tem relação com uma tradição familiar, admite que usufrui de certas benesses, influência na decisão, de qual grupo político acompanhar.

Como é perceptível, esses favores, podem se tratar tanto de algo que seja necessário a intervenção de políticos, com uma palavra decisória, como em casos de questões envolvendo problemas de saúde. Quanto em pequenos assuntos, envolvendo as necessidades do dia-a-dia. Ter acesso a água potável e adquirir um reservatório para seu armazenamento,



deveria ser um direito fundamental. Mas nesse caso é feito politicagem, ou seja, só tem direito a esse serviço gratuito, de maneira facilitada se você votar em determinados candidatos.

Não somente se faz necessário, votar no candidato que quer ver vitorioso, mas buscar meios para alcançar essa vitória. Porque quando ele diz que “são os benefícios que a política traz”, está se referindo ao fator determinante, manter o seu lado político no poder executivo do município, para que continue sendo beneficiado e manter uma relação muito próxima das lideranças, porque segundo ele “aqui tem aquele negócio, quem não vota não ser beneficiado. Eles só chega (sic) mais ao lado deles, né! daquelas pessoa mais ligada a eles... puxa mais pra o lado deles, assim do pessoal deles” (RAIMUNDO, 2019).

Já “Joaquim” não deixa dúvidas que o motivo pelo qual acompanha o partido de Clodoaldo é por sentir que deve favores a ele, devido a tratamentos de saúde para ele e sua esposa, que foi facilitado pelo líder político. Provavelmente em troca de apoio. Na teoria, esses serviços deveriam ser oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, sem que houvesse nenhuma cobrança de favor. Porém, é observado um sistema de trocas, em que no momento da eleição é lembrado aquilo que foi feito em seu benefício.

Rapaz, sim! Que nem Clodoaldo. É porque as vez (sic) a gente deve favor a ele, foi quem já fez, já fez cirurgia em Toinha [sua esposa], neu, (sic) a mulher dele. Quase não gastei, quase nada, que ... ali se fosse fazer particular era um preço que era caro, viu! Graças a Deus ele fez, sem arrente gastar quase nada (JOAQUIM, 2019).

A troca de favores que é evidenciada nesse trecho da entrevista de “Joaquim”, estabelece uma espécie de contrato, entre aquele que oferece o benefício e o que recebe. Se os serviços de médico, do candidato Clodoaldo de Moura Rocha, foram doados de forma tão “genuína”, nada mais justo que haja uma retribuição por parte do beneficiário, nesse caso através do voto.

As discussões empreendidas nesse estudo, acerca das trocas de favores, nos remetem ao que expõe Ângela de Castro Gomes, sobre o Estado novo, no seu livro *A invenção do trabalhismo*. Naquele contexto o presidente Vargas agia com generosidade, fazendo doações criando leis trabalhistas que beneficiava os trabalhadores, cumprido o seu papel de estadista. Mas como tudo que é doado precisa ser recebido, é necessário que se torne uma obrigatoriedade aceitar aquilo que lhes é ofertado de forma generosa. No momento em que



se recebe uma dádiva cria-se um elo com o doador, o que gera um sentimento de dívida, que pode ser paga com a retribuição. Assim é exposto por Gomes:

Essa questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. Esta expectativa não se esgota em uma possibilidade; ela é um sagrado dever. Quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que dessem boca naturalmente no ato de retribuir. A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável (GOMES, 2005, p. 228).

No caso do governo Vargas a generosidade do estadista poderia ser uma estratégia para manter a população ao seu lado. Ele cumpria com o dever do Estado e de quebra era apoiado pelos populares, que os viam como uma figura generosa e boa, alcançando assim o seu objetivo de se manter no poder. No caso em estudo, em se tratando dos políticos da cidade piauiense, Alagoinha do Piauí, esses benefícios cedidos provavelmente tem objetivos semelhantes. Gera-se uma espécie de contrato invisível, o político dá o que os eleitores estão precisando em determinado momento e de quebra são agraciados pelo voto, isso muitas vezes ocorre sem que seja acordado nada verbalmente. O compromisso é estabelecido e a melhor forma de retribuir é através do voto. Porque como é destacado por Gomes:

A força da coisa dada está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética. Trata-se evidentemente de uma relação contratual, mas que ao se fazer sob a forma de troca de presentes, ganha um sentido distinto que é preciso destacar (GOMES, 2005, p. 228).

Na eleição de 2008, disputada por dois médicos foi desenvolvido uma estíma, da população, pelas figuras dos candidatos a Prefeito. Que teve correlação com o papel que os mesmos desempenhavam em suas profissões, visando as vantagens que teriam na área da saúde. Como ressalta, “José” “Por conta de troca de favores em relação a adoecer eu vou ter um médico” (JOSÉ, 2021). Essa foi, uma das motivações para a escolha de voto, de muitos eleitores e pela qual gerou a tão acirrada disputa. Pagar um tratamento de saúde, particular, para pessoas que são Trabalhadores Rurais, como é o caso do entrevistado “Joaquim”, pesa bastante no orçamento. O Sistema Único de Saúde (SUS) já é bastante burocrático, e no caso da cidade em estudo, em que se negocia até os serviços mais básicos, estabelecer uma aliança com alguém que pode realizar os procedimentos gratuitamente e com rapidez, apenas em troca de votos é bastante tentador, para não se dizer, irrecusável.



Além da troca de favores, ainda era do interesse de muitos eleitores a concessão de cargos. Não tivemos acesso a fontes que revelassem o ganho de cargos mais elevados, por optarmos em entrevistar eleitores comuns. Mas dois dos entrevistados, revelaram receber empregos, por apoiar determinados candidatos. “José”, afirma que seu pai e tio trabalhavam, em um poço artesiano. Eram os responsáveis por ele. “Eu me lembro que na época o meu tio e o meu pai trabalhavam, como é que fala? No poço. Tipo botando água pro povo, vai lá ligar o poço, aí vinha... sempre era eles” (JOSÉ, 2021). Isso no mandato que antecedeu as eleições de 2008. O que provavelmente seja mais uma das razões, pela qual, sua família continuava apoiando o grupo situacionista. Pretensão em manter os cargos, que ocupavam.

Mas após a derrota de Pedro Otacílio, os papéis se inverteram. A família de “José”, não tinha mais uma ocupação na folha de pagamento da prefeitura. Foi a vez do “Antônio” entrar em cena. Desde que começou a votar em Alagoinha do Piauí, ele nunca tinha “sentido o gosto da vitória”. Mas após Clodoaldo Rocha vencer a eleição, ele passou a se beneficiar de uma quantia financeira, fornecida pela prefeitura. O cargo que ocupava, se é que existia algum, é um mistério. Para nós ele falou somente que “depois que ele ganhou. Ele me pagava uma porcentagem pouca” (ANTÔNIO, 2021). O que aparentemente poderia se tratar de um “funcionário fantasma”. Prática bastante exercitada no Brasil.

Se se tratava ou não desse prática, o fato é que ele passou a ser beneficiado financeiramente, compensando todas as eleições que seu partido saiu derrotado. Para ele, se tratava de uma recompensa natural. Provavelmente muitos outros eleitores tiraram proveito, em benefício próprio, ocupando funções por influência política partidária. “Antônio” deixa bem claro, que a tal da porcentagem que recebia era responsável por sua subsistência. Tanto que a cassação do mandato de Clodoaldo, foi recebido por ele com muita tristeza. Vale lembrar que o então prefeito Clodoaldo perdeu seus direitos políticos, devido a compra de votos. Mas para “Antônio”, isso não parecia relevante. O que ele lamentou bastante foi a perda dos privilégios, e a saída do prefeito por quem ele nutria um grande apreço.

Nós estávamos na maior felicidade recebendo nossos pagamentos direitinho, aí veio este homem e cassa nosso mandato. Aí nós acabamos toda felicidade, que a felicidade do pobre é quando está recebendo o dinheiro, né. Nós todo mês tinha o dinheiro da feira aí quando perdeu, perdeu tudo. Perdeu ele e perdeu nós, cadê o dinheiro de fazer a feira! Aí não tinha pra onde correr, fiquemos aqui, apelando pra ver se chegava outro. Aí veio cinco ano de sofrimento, porque eles... foi um que eles cassaram e quatro que Doutor Pedro comandou (ANTÔNIO, 2021).



Esse trecho foi proferido de uma maneira bem descontraída, acompanhado de risadas. Como se ele quisesse falar que estavam acostumados com as “regalias” e depois tiveram de se conformar, e ir em busca de outros meios para garantir o sustento da família. E depois ainda destacou que passou cinco anos sofrendo, o que podemos relacionar com o que já foi ressaltado anteriormente. Só são beneficiados aqueles cujo voto foi registrado no candidato que sair vitorioso. Esse aspecto é ressaltado por “Antônio” ao afirmar que “naquela época, Clodoaldo dava um empreguinho, uma micharia a cada um, cada um tinha seu movimento de dinheiro. Dava para chegar num comércio fazer uma feira. E do jeito que foi a de Doutor Pedro (...)” (ANTÔNIO, 2021). Na verdade, tudo indica que não eram beneficiados aqueles que não votaram em Pedro Otacílio na eleição suplementar de 2011. Por isso ele sentiu tanto o impacto da cassação do prefeito eleito Clodoaldo, e da derrota do seu grupo político, em 2011.

Considerações finais

Tendo em vista o que foi abordado ao longo do trabalho a pesquisa aponta que houve compra de votos, em pelo menos um dos lados em disputa, sendo a troca de favores é uma prática habitual no município. O eleitorado mesmo que muitas vezes não concorde com essas práticas acaba contribuindo para sua manutenção, por serem beneficiados com essa dinâmica, o que revela o quão são protagonistas na política.

No que compreende a relação que o eleitorado possui com o voto são elaboradas táticas para negociar o voto e receber vantagens em troca do ato de votar. Em alguns casos essas táticas podem ser constituídas de forma inconsciente, já que é naturalizada a prática de barganhar votos, nesse município. Pelo que foi analisado, faz parte da construção da cultura política da cidade, utilizar o voto como forma de obter ganhos individuais. É notório que o voto é o principal elemento que faz o eleitorado ter o protagonismo político. Afinal, os candidatos só serão eleitos se obtiverem os votos dos eleitores.

Dessa forma, são estabelecidas relações entre poderes. Os políticos exercem poder sobre a população, devido os cargos que ocupam, e para com eleitores que possuem baixa condição financeira, por conta dos recursos que possuem. Porém, o eleitorado tem em mãos, o poder de eleger, ou não, determinados candidatos. No caso em estudo, pode ser que os



eleitores não percebiam o quão são poderosos, mas negociam o seu voto com o propósito de obterem vantagens para si.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ANTÔNIO. **Entrevista concedida a Ana Geórgia Bezerra**. Alagoinha do Piauí-PI. 30, abr. 2021.

ARENDDT, Hanna. **Sobre a violência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Organização Ursula Ludz Prefácio Kurt. Tradução Reinaldo Guarany. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: **Para uma história cultural**. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Alagoinha do Piauí-Pi (29ª Zona Eleitoral - Pio IX). Ação Cautelar - Eleições 2008 - Prefeito e Vice-Prefeito - Aime - Captação Ilícita de Sufrágio - Procedência - Cassação de Mandato Eletivo - Afastamento Imediato - Interposição de Recurso - Pedido de Liminar - Para Conferir Efeito Suspensivo A Recurso Requerido: Pedro Otacílio de Sousa Moura Requerente: Clodoaldo de Moura Rocha, Prefeito do município de Alagoinha/PI. Relator: Dr. Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira. Pio IX, PI, 24 de maio de 2010. **Diário de Justiça Eletrônico do TRE/PI**, 27 maio 2010. v. 4, n. 096, p. 1-10, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

JOAQUIM. **Entrevista concedida a Ana Geórgia Bezerra**. Alagoinha do Piauí. 05, set. 2019.

JOSÉ. **Entrevista concedida a Ana Geórgia Bezerra**. Alagoinha do Piauí-PI. 02, maio. 2021.

LUIZA. **Entrevista concedida a Ana Geórgia Bezerra**. Alagoinha do Piauí-PI. 01, maio. 2021.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da Terra ao Céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016. 532 f.